



Pólo Industrial JK - Brasília / DF



ANOVIS - Taboão da Serra / SP



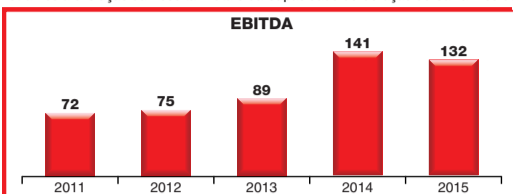
Pouso Alegre / MG



Embú Guaçú / SP

Relatório da Administração

A seguir, demonstramos a evolução da Receita Bruta e da Capacidade de Geração de Caixa medido pelo EBITDA:



O controle para redução do ciclo financeiro e da geração de caixa líquido foram os principais focos de atenção da área financeira durante o ano, bem como a busca incessante pela redução de custos, pelo controle dos tributos pagos, o atendimento dos recursos financeiros para atender os objetivos estratégicos e atualização tecnológica em todas as áreas, fizeram com que a Companhia ficasse cada vez mais sólida financeiramente sem perder as oportunidades de negócio.

Desempenho Operacional: O complexo industrial da União Química é composto por quatro unidades responsáveis pela produção de medicamentos, que somam 678,7 mil m² de terreno, com um total de 117 mil m² de área construída. As fábricas que atendem a Divisão de Saúde Humana, estão localizadas em Brasília (DF), Pouso Alegre (MG) e Taboão da Serra (SP) e a unidade de Embu Guaçú (SP) é exclusivamente dedicada à produção de medicamentos para a Divisão de Saúde Animal.

Investimentos em Biotecnologia: A este Parque soma-se a Bthek Biotecnologia, empresa adquirida em 2012 pela União Química, com sede no Distrito Federal, voltada à produção de biotecnológicos que não são nocivos ao meio ambiente, às pessoas e aos animais. Esta unidade está expandindo e diversificando o portfólio para entrar no mercado de medicamentos biológicos de uso humano e veterinário. Voltada para o cenário tecnológico, a União Química buscou por equipamentos e serviços de alta performance, vindo de encontro com o escopo dos nossos projetos de biotecnologia. Poucas empresas no mundo utilizam essa tecnologia e por isso a União Química considera que a escolha por equipamentos dos mais modernos que existem na área de biotecnologia, é essencial para esse projeto de inovação na área de saúde. Importante ressaltar que no ano de 2015 a União Química teve um montante de investimento da Finep de R\$ 9.500 milhões, com o objetivo de financiar despesas e ativos nos projetos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico. Com os investimentos e desenvolvimento de novos produtos, a União Química caminha em passos largos rumo a inovação, porque a inovação é a alma do nosso negócio. Muito mais que um conceito, inovação é um valor praticado diariamente pela Companhia. Esse conceito inovador resultou em investimentos nessa unidade industrial com a instalação em linha com o modelo FlexFactory (e-HealthCare), e que garante alta flexibilidade no desenvolvimento de novos biotecnológicos. A empresa conta ainda com uma unidade gráfica localizada em Taboão da Serra (SP), destinada exclusivamente a produção de bulas, cartuchos e materiais promocionais de uso próprio. A Unidade de Brasília possui 824 funcionários e é dedicada à produção de sólidos orais (pós, comprimidos, comprimidos revestidos e drágeas), líquidos orais (xaropes e suspensões), gotas (rais e soluções de uso tópico) e semissólidos (cremes, pomadas e géis). A capacidade instalada é de 19 milhões de unidades de venda /mês. Pouso Alegre consiste em uma das maiores e mais modernas plantas de produção de medicamentos para uso humano em funcionamento no país, tendo uma capacidade instalada de produção de 3,6 bilhões de comprimidos hormonais e mais de 180 milhões de ampolas análgicas. Conta com 850 funcionários. A nova unidade, planta industrial de Taboão da Serra, Anovis Industrial Farmacêutica Ltda (PIL) possui 450 funcionários e é dedicada à produção de medicamentos sólidos orais (pós, comprimidos, comprimidos revestidos e drágeas), líquidos orais, gotas e spray nasal. A capacidade instalada da fábrica é de 8,9 milhões de unidades/mês. A Unidade de Embu Guaçú/SP é dedicada exclusivamente a medicamentos de uso veterinário, produzindo formas farmacêuticas injetáveis hormonais, penicilinas injetáveis, parenterais de pequeno e grande volume, sólidos, semissólidos orais e tópicos, líquidos orais e tópicos. Contando com uma equipe composta por 345 funcionários, a capacidade instalada de Embu-Guaçu é de 2 milhões de unidades de venda embaladas/mês. As Unidades Industriais da União Química seguem batendo recordes de produção de medicamentos específicos em 2015, assim como deram andamento a vários projetos de ampliação de áreas e implantação de novas linhas de produtos e medicamentos em diversas classes terapêuticas. Os investimentos na área produtiva estiveram direcionados, principalmente, à modernização e automação, desenvolvimento tecnológico e logístico, além da diversificação e ampliação do parque fabril, de forma a atender com excelência as normas nacionais e internacionais de produção de medicamentos e o crescimento orgânico da Companhia.

Saúde Humana e Saúde Animal: A União Química está estruturada em dois segmentos de negócios: SAÚDE HUMANA, composta por seis unidades de negócio: Hospitalar, Órgãos Públicos, Andromed (MIPs), Farma, Genéricos, Propaganda Médica (Genom Oftalmológico, Genom DOR/Sistema Nervoso Central e Genom Ginecologia e Obstetrícia), e SAÚDE ANIMAL, formada pelas linhas de Grandes Animais e PET. Em 2015, as Unidades de Negócio seguiram implementando ações com o objetivo de tornarem-se mais competitivas, respondendo com mais agilidade às demandas do mercado e investindo, inclusive, em novos canais de vendas.

Saúde Humana – Hospitalar/Órgãos Públicos: A Divisão Hospitalar continua sendo a de maior representatividade na Companhia e é responsável por comercializar produtos nos canais privados (hospitais e distribuidores hospitalares) e Órgãos Públicos, onde vem tendo uma expressiva participação nesse mercado. Está estruturada nas seguintes linhas: Analgésico, Anestésico, Antibiótico, Antiflamatório, Corticóide, Estomatológicos e Antiespasmódicos, Sistema Nervoso Central, Maternidade e Sistema Cardiológico. **Genom – Propaganda Médica:** A União Química atua nesta divisão com a marca GENOM, já consolidada no segmento Oftalmológico e em crescimento contínuo nas áreas de Sistema Nervoso Central e Dor, Ginecologia e Obstetrícia. Conta com um time formado por 202 propagandistas, que realizam cerca de 48 mil visitas por mês junto a um painel de mais de 43 mil médicos. Em 2015 a Divisão de Prescrição Médica obteve um crescimento de 17% em vendas, evoluindo mais rápido que o mercado nos seus principais segmentos. O volume de receita também evoluiu de forma acentuada alcançado pelos produtos de oftalmologia. O ano de 2015 foi chave para consolidação da estrutura de trabalho da divisão Genom que atingiu margem comercial superior ao ano anterior. **Farma, Genérico e Andromed:** As Linhas Farma, Genérico e Andromed contam com um time de 50 colaboradores e 315 representantes comerciais distribuídos por todo o território nacional, utilizando uma rede de 26 Operadores Logísticos parceiros. Essa equipe atende cerca de 60 mil pontos de venda em todo o Brasil.

Saúde Animal – Agener: A Divisão Agener União Saúde Animal é uma expoente dentro do mercado farmacêutico veterinário, com apenas 15 anos de existência já está posicionada entre as dez maiores do segmento farmacêutico veterinário e registrou crescimento de 21% em relação a 2014. Com uma filosofia de investimento em tecnologia e qualificação de sua equipe, esta divisão produz medicamentos veterinários com o mesmo padrão de qualidade dos medicamentos humanos, mantendo a tradição farmacêutica consolidada ao longo das sete décadas pela União Química. Atuante nos segmentos Animais de Companhia (Pet), Animais de Produção (Bovinos, Ovinos, Caprinos e Suínos), Reprovação Animal e Biotecnologia (Bthek), sempre visando desenvolver, produzir e fornecer produtos de qualidade, eficiência e eficácia que contribuem para o bem estar e melhoria da saúde animal e da sociedade.

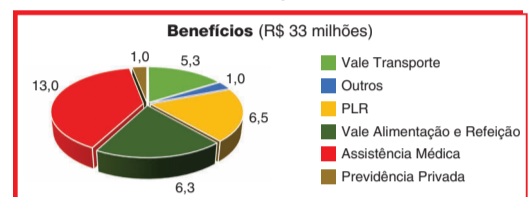
Linhas Animais de Produção: A linha de Animais de Produção possui um portfólio amplo e completo de produtos para sanidade e reprodução animal, garantindo uma produção cada vez mais produtiva e sustentável. Entre os produtos, destaca para a Linha Tecnopec, que consiste em uma linha de produtos de biotecnologia de reprodução que ano a ano vem se destacando cada vez mais no setor de bovinocultura. Contando com uma equipe técnica/comercial constituída por médicos veterinários, a Agener União está presente em todas as partes do território nacional oferecendo soluções aos produtores de bovinos, suínos, ovinos e caprinos. **Linha Pet – Animais de Companhia:** A linha PET continua registrando crescimento acima das médias de mercado, impulsionada pelo próprio aquecimento deste segmento – aproximadamente 50% dos lares brasileiros convivem com algum animal de companhia. O mais importante neste cenário é que Agener União está devidamente estruturada para atender esta demanda e conquistar cada vez mais mercado. É a empresa com um amplo portfólio de produtos para cães e gatos do mercado. Além de cuidar da saúde animal, oferece produtos de higiene – estruturado por classes terapêuticas: Linha Cardão, Linha Equilíbrio, Especialidades, Linha Dor, Anestésicos, Antiparasitários, Antimicrobianos, Dermatológicos. É a única do segmento que trabalha com uma equipe de propagandistas veterinários, desenvolvendo um trabalho inovador e único de visitação ao médico veterinário, criando demanda para os pontos de venda. Mensalmente, são visitados mais de 4 mil veterinários e a Divisão está trabalhando com muito afinco na estratégia da interiorização do País.

Bthek Biotecnologia: Com base em pesquisas desenvolvidas, com o apoio da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e do Instituto de Pesquisa Tecnológica, a Bthek conseguiu produzir em escala industrial os inseticidas biológicos. A ideia de desenvolver esta tecnologia surgiu de pesquisadores que ansiavam por mudanças no processo de desinfestação de pragas e que conheciam os efeitos nocivos da utilização de métodos químicos no meio ambiente. Após a conclusão dos estudos de produção de biotecnológicos e a montagem da unidade industrial, a Bthek tornou-se a primeira empresa brasileira a registrar o biotecnológico a base de Bacillus no país.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação: A União Química tem trabalhado fortemente em inovação, e com foco no lançamento de produtos com maior valor agregado e que gerem mais rentabilidade. As estratégias são voltadas à expansão de portfólio nas áreas de medicamentos dos mercados farmacêutico humano e veterinário. Os lançamentos são resultados do desenvolvimento da área de P&D da União Química, dentre eles, parceria com Universidades e Institutos de Pesquisa ou em associação com outras indústrias farmacêuticas. Também advindos de contratos de parcerias com laboratórios internacionais para comercialização de produtos consagrados e com grande aceitação pela classe médica. Os investimentos contínuos da União Química na melhoria dos seus processos, além de crescimento renderam outros frutos importantes em 2015. Destaque para os resultados positivos das validações e adequações de produtos exigidas pelo órgão regulador (Anvisa) em nossas Unidades fabris, sem qualquer registro de não-conformidade, o que atesta a qualidade do processo de produção de medicamentos praticado na empresa. Com isso, foi cumprida a legislação vigente, segundo a qual, todos os produtos similares comercializados no Brasil devem obrigatoriamente possuir equivalência farmacêutica e validação dos processos produtivos que comprove a sua eficácia da mesma forma que um produto inovador. A Norma passou a valer a partir de 2013 e desde então a UQ cumpriu com o exigido.

Biotecnologia: O futuro inovador da União Química avança com mais um ano dedicado aos projetos Biotecnológicos. Pesquisando em várias vertentes desta nova tecnologia de tratamento de doenças de alto risco (proteínas extraídas de glândulas salivares do carapau para tratamento de tumores) em fase inicial de estudo clínico, na plataforma de Angiotensina para tratamento de hipertensão e eclâmpsia. Fase inicial de estudos clínicos, com polipeptídeo com atuação em células neurais, produtos voltados para saúde animal (hormônio com tecnologia de DNA recombinante para aumento de lactação de bovinos, realizado estudo clínico do dispositivo intravaginal para inseminação, em fase de lançamento no primeiro semestre de 2016. Dois novos projetos de alta complexidade em biotecnologia, produção de Proteínas Recombinantes em Sistema de Expressão e Células eucarióticas, com todo apoio dos órgãos de fomento, BNDES e FINEP, e continuidade de parcerias com universidades e instituições, como Instituto Butantan, IPT, Universidade UFMG e Universidade PUC-RS.

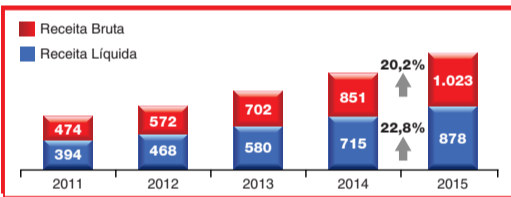
Compromisso com as Pessoas: A União Química pratica valores humanos sólidos na relação com seus colaboradores, adotando uma postura ética e transparente, favorecendo um bom clima de trabalho em todas as suas unidades. Ter colaboradores motivados, reconhecidos e bem informados é uma prioridade da Empresa. Atualmente, a União Química conta com um quadro de colaboradores composto por 2.911 profissionais. Deste total, 99 colaboradores foram contratados em 2015, o que representa 3,5% de incremento na mão-de-obra em relação a 2014. Além de um bom clima de trabalho, a União Química oferece salários compatíveis com o mercado e vários benefícios a seus colaboradores e familiares. Justamente por entender que estes também são uma extensão da empresa e influenciam no ambiente de trabalho e na qualidade de vida das pessoas. Destaque para o “Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI) União, Vida e Arte”, creche direcionada aos filhos dos colaboradores da Unidade de Brasília, atendendo a mais de 100 crianças de 3 meses a 5 anos e onze meses. Outro benefício importante são os ambulatórios médicos e odontológicos mantidos nas unidades industriais, contando com médicos e dentistas e permitindo o atendimento ágil e de qualidade aos colaboradores. Nas unidades industriais os colaboradores contam também com ginástica laboral administrada por técnicos em parceria com o Serviço Social da Indústria – Sesi.



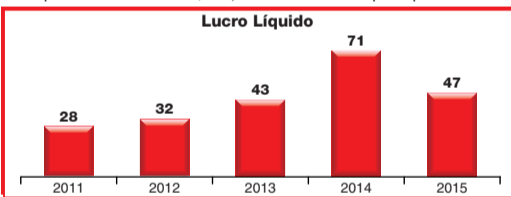
Sustentabilidade: A União Química vem desenvolvendo uma visão cada vez mais focada no benefício de seus colaboradores e comunidade local sem comprometer os recursos naturais das futuras gerações. Dentre deste princípio, a Companhia desenvolve o Projeto de Sustentabilidade Ambiental, que toma como base o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), focado no cumprimento das legislações pertinentes, na melhoria dos indicadores ambientais, na aplicação de projetos de melhoria contínua e em seguir os padrões de monitoramento e controle das áreas correlacionadas ao meio ambiente, se baseando nos requisitos da Norma NBR ISO 14001. A União Química possui sistemas independentes para o tratamento de efluente industrial e do esgoto sanitário. As Estações de Tratamento de Efluentes Industriais das três unidades fabris da empresa – Distrito Federal/DF, Pouso Alegre/MG e Embu-Guaçu/SP, utilizam a tecnologia denominada lodos ativados, composta por tratamento físico-químico seguido por tratamento biológico. Em particular a unidade do Distrito Federal reutiliza 100% da água de efluente tratado em sua área verde. Em Brasília, as águas pluviais são captadas e enviadas para a lagoa de polimento para que, juntamente com o efluente tratado, possam ser utilizadas na irrigação de áreas verdes da fábrica. O sistema de tratamento de esgoto sanitário adotado nas fábricas da União Química tem programa de auto monitoramento atingindo entre 85 a 95% de remoção de carga orgânica, sendo que sistema de tratamento do esgoto sanitário atende a NBR 7229/93 ABNT. A empresa possui um Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (P.G.R.S.S.), que toma como base a Resolução CONAMA nº 358 de 2005 e a RDC nº 306 de 2004 e atende a política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010. Neste procedimento são descritas todas as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observando suas características e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente. No Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das fábricas procuram trabalhar dentro da legislação vigente e promovem a logística reversa de boa parte de seus resíduos gerados, além da restituição fiscal sendo trabalhado em conjunto com órgãos fiscalizadores e auditoria interna. Em atendimento à legislações específicas, no que tange as emissões atmosféricas, todos os materiais particulados gerados nos setores produtivos são coletados pelo sistema de exaustão e retidos em filtros que são trocados periodicamente de acordo com procedimentos internos. As caldeiras funcionam com combustível mais limpo, a gás liquefeito de petróleo – GLP, similar ao gás natural. As emissões de gases atmosféricos provenientes de processos de geração de gases seguem as normas de limite de emissão de gases da Resolução Conama nº 382/2006 e 436/2011. São realizadas inspeções periódicas para determinar a concentração de emissão de NOx, a fim de garantir a eficiência das caldeiras em economia de energia e recurso natural, garantindo qualidade na produção de vapor e qualidade especial com o meio ambiente, minimizando impactos em sua produção de gases. As coletas e análises realizadas foram baseadas nas Normas ABNT e CETESB que são metodologias apropriadas e apresentaram-se a abaixo do limite estabelecido. A União Química também efetua periodicamente o monitoramento dos níveis de limitados sonoros das fábricas com as respectivas áreas circunvizinhas, em atendimento à legislação ambiental. Os resultados de avaliação dos níveis de limitados sonoros das fábricas atendem a legislação ambiental. A empresa possui todas as licenças ambientais (nível federal, estadual e municipal) e sua atividade fim e as respectivas outorgas para captação de água subterrânea. Todas as condicionantes de licença, relatórios e inventários são atendidos dentro do prazo estabelecido. Além de adotar todas as iniciativas necessárias à proteção ambiental, a União Química desenvolve um trabalho de educação permanente junto a seus funcionários voltado à conscientização para a preservação dos recursos naturais e de não poluição, tanto no âmbito profissional como pessoal. Para isso, além de campanhas pontuais, a União Química mantém uma editoria permanente no jornal Conexão, publicação bimestral dirigida aos colaboradores da empresa e familiares, que traz matérias educativas relacionadas a atitudes cotidianas que podem fazer toda a diferença na preservação ambiental. No aspecto social, a União Química apoia programas sociais voltados para o futuro da comunidade, que contribuem para a disseminação de valores educacionais e a melhoria das condições sociais e de saúde, além de promover a inclusão social. A União Química também realiza ações pontuais de caráter social, que incluem a doação de medicamentos para entidades, hospitais, instituições e pessoas carentes.

Agradecimentos: Os resultados positivos obtidos no exercício 2015 e exibidos neste Relatório são fruto do compromisso da União Química com o crescimento sustentável de suas operações. Para isso, após 79 anos desde a sua fundação, a empresa adotou um sistema de gestão mais competitivo, mantendo-se constantemente em rota de aprimoramento e construindo diariamente uma marca de confiança. Nesta trajetória, nossos agradecimentos aos nossos clientes pela credibilidade depositada na marca União Química, aos acionistas por confiarem na estratégia de crescimento da Companhia, aos fornecedores pela parceria demonstrada em nossas relações e, em especial, aos nossos colaboradores pelo comprometimento, excelência no trabalho realizado e incentivo no cumprimento das metas para o exercício de 2015.

São Paulo, 16 de março de 2016
Atenciosamente, **A Administração**



O Lucro Operacional apresentou resultado de R\$ 106,4 milhões e o Lucro Líquido apurado ficou em R\$ 47 milhões.



Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	150.680	9.879	152.543	9.935
Títulos e valores mobiliários	5	-	3.256	-	3.256
Contas a receber de clientes	6	228.079	223.481	255.791	223.528
Estoque	7	171.639	132.730	196.800	132.996
Impostos e contribuições a recuperar	8	23.253	7.485	28.298	7.485
Outras contas a receber	9	12.843	9.300	14.286	9.300
Despesas antecipadas		2.264	1.334	2.291	1.334
		588.758	387.465	650.009	387.834
Não circulante					
Partes relacionadas	10	33.404	16.536	13.236	13.431
Impostos diferidos	18,2	6.146	2.799	6.146	2.799
Títulos e valores mobiliários	5	3.967	3.577	3.967	3.577
Impostos a recuperar	8	2.614	3.015	2.703	3.015
Depósitos judiciais	20	7.134	8.189	7.134	8.182
Despesas antecipadas		1.017	1.454	1.017	1.455
Investimentos	11	94.959	3.840	770	184
Imobilizado	12	279.281	252.007	442.161	258.263
Intangível	13	36.647	42.672	36.649	43.459
		465.169	334.089	513.783	334.375
Total do ativo		1.053.927	721.554	1.163.792	722.209

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Fornecedores	15	47.222	44.440	54.824	44.470
Empréstimos e financiamentos	16	119.315	69.526	119.315	69.526
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	42.495	39.158	51.661	39.181
IRPJ e contribuição social		-	-	984	2
Dividendos	21,4	2.354	4.385	2.354	4.385
Outras contas a pagar	19	12.915	3.863	14.744	3.863
		224.301	161.372	243.882	161.427
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	278.960	102.443	278.960	102.443
Partes relacionadas	10	12.208	13.675	12.208	13.675
Provisão para demandas judiciais	20	13.588	12.022	13.588	12.022
Imposto de renda diferido	18,2	895	-	895	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	17.070	19.110	17.070	19.110
Contrato de fornecimento – manufatura	1	-	-	90.265	-
Outras contas a pagar	19	49.478	587	49.487	1.187
		372.199	147.837	462.483	148.437
Patrimônio líquido					
Capital social	21,1	198.288	198.288	198.288	198.288
Reserva de capital		1.680	1.680	1.680	1.680
Reserva legal		10.928	9.265	10.928	9.265
Reserva de lucros		189.482	159.784	189.482	159.784
Reserva de incentivos fiscais	21,3	57.049	43.328	57.049	43.328
		457.427	412.345	457.427	412.345
Total do passivo e patrimônio líquido		1.053.927	721.554	1.163.792	722.209

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucro acumulado	Total
		Capital suscrito	Capital a integralizar						
Saldos em 31 de dezembro de 2013			(224)			96.753	4.511	-	306.968
Lucro líquido do exercício		198.512	-	-	-	-	-	109.401	109.401
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos	21,4	-	-	-	-	-	-	(4.024)	(4.024)
Constituição de reservas		-	-	-	3.529	63.031	38.817	(105.377)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		198.512	(224)	198.288	1.680	159.784	43.328	-	412.345
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	46.978	46.978
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos	21,4	-	-	-	-	-	-	(1.896)	(1.896)
Constituição de reservas		-	-	-	1.663	29.698	13.721	(45.082)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		198.512	(224)	198.288	1.680	189.482	57.049	-	457.427

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional
A União Química Farmacêutica Nacional S.A., sociedade anônima de capital fechado (“União Química”, “Companhia” ou “Controladora”) e sua controlada (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividade principal a fabricação, manipulação, comercialização e distribuição de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário, de produtos biológicos para controle de pragas, de produtos cosméticos, dietéticos, de higiene pessoal, concentrando suas operações nas linhas Oftalmológicas, Sistema Nervoso Central e Dor, Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP), Linha Farma, Linha Hospitalar, Linha de Produtos Éticos e Genéricos. Atualmente, a Companhia possui cinco plantas fabris, localizadas em Embu-Guaçu-SP, Pouso Alegre-MG, Taboão da Serra-SP e duas em Brasília-DF; três centros de distribuição localizados em Taboão da Serra-SP, Brasília-DF e Extrema-MG; uma indústria gráfica em Taboão da Serra-SP e dois escritórios, a sede administrativa e de vendas na cidade de São Paulo-SP e escritório de vendas e representações na cidade do Rio de Janeiro-RJ. A Companhia possui participação societária nas seguintes empresas: Bionovis S.A. – “joint venture” – investimento em conjunto – consiste em pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de produtos biotecnológicos e é controladora da Anovis Industrial Farmacêutica Ltda.. Aquisição da empresa Anovis Industrial Farmacêutica Ltda. A Companhia adquiriu em 13 de fevereiro de 2015, 100% das cotas da empresa Anovis Industrial Farmacêutica Ltda. (“Anovis”), empresa que atua no segmento beneficiamento (industrialização) de produtos farmacêuticos e tem como o principal foco a industrialização dos produtos da Novartis Biotecnológicos S.A. (“Novartis”), antiga proprietária desta unidade, e também de outros clientes. A aquisição teve como objetivo principal atuar no segmento de terceirização de produção de medicamentos

informações comparativas destas demonstrações financeiras, tiveram alterações. O saldo reclassificado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$57.382. A reclassificação não teve qualquer outro impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão dessas demonstrações financeiras em 16 de março de 2016. **d) Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais geralmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade do capital social. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (**impairment**) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da União Química Farmacêutica Nacional S.A. e de sua sociedade controlada direta, Anovis Industrial Farmacêutica Ltda.. **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. **d) Sumário das principais práticas contábeis: Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita –** Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e as mercadorias vendidas são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia e à sua controlada; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com vencimento e carência de até 90 dias, independentemente da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Titulos e valores mobiliários:** Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento inferior a 90 dias, mas com impossibilidade de resgate antecipado sem risco de mudança de valor. **Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades. A Companhia e sua controlada concedem normalmente prazo médio de 91 dias para pagamentos pelos clientes, sendo esse prazo considerado pela Administração como parte das condições comerciais inerentes às operações da Companhia e de sua controlada, não caracterizando uma operação de financiamento. Conseqüentemente, as operações de venda não são avaliadas a valor presente no momento inicial do seu registro. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo faturamento ajustado, quando aplicável, pela provisão para perdas em sua realização. **Estoque:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas com materiais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda, sendo contabilizado, quando aplicável, a provisão para perdas decorrentes da data de validade, rejeição pelo controle de qualidade e avarias. **Depósitos judiciais:** Representado por depósitos à vista e em espécie realizados em juízo como lastro a questionamentos passivos que vem sendo discutidos pela Companhia. Periodicamente são avaliados em relação a sua recuperabilidade. **Investimentos controlados em conjunto:** Os investimentos na controlada em conjunto Bionovis S.A. são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício em questão, como despesa operacional. **Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela sua soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no seu valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não colaboradores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificáveis na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da entidade, de derivativos embutidos em contratos baseados em derivativos. Quaisquer custos de aquisição contingente a ser transferida pela adquirente serão reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado. **Imobilizado:** O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais. A indústria em que a Companhia e sua controlada operam é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Terrenos e edificações compreendem principalmente as fábricas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrada na nota explicativa nº 12. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo imobilizado baseado no seu valor recuperável é o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas líquidos" na demonstração do resultado. **Intangível:** Representado por: (i) ágio fundamentado por rentabilidade futura, não amortizado; (ii) pelo custo de aquisição de marcas e patentes de determinados produtos, não amortizado; (iii) licenças adquiridas de programas de computadores capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado no balanço individual da controladora como "investimentos" no grupo de investimentos e no balanço consolidado como "Ativo Intangível". O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment e testado anualmente, sendo que quaisquer perdas por impairment sobre o ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional. As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tenham vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **Arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo intangível e no passivo como arrendamento mercantil, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo intangível são amortizados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de arrendamento mercantil são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **Provisão para recuperação de ativos (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil definida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de **impairment**. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de **impairment** sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por **impairment** é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do **impairment**, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido **impairment**, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do **impairment** na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos com taxas substanciais, desde que não sejam operacionais aplicáveis a qualquer empresa, estão ajustados a valor presente, considerando a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizadas como pagamentos antecipados de liquidação de serviços de empréstimo durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 35 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido líquido é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de sua controlada e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Contingências e outras provisões:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa; ou seja, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; iii) Obrigações legais: contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; iv) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de sua controlada utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do exercício. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na nota explicativa nº 27. **Participação nos resultados:** A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados para os funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e de desempenho específicas, estabelecidas no exercício. A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo contingente quando uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Não existem quaisquer outros benefícios para funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia e controlada. e) **Novas normas e interpretações emitidas:** Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB aplicados a Companhia, mas que não estavam em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros; IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes. Para estas novas normas emitidas e que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015, a Companhia não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

geralmente, interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais clientes com histórico de inadimplência, a Administração exige, em alguns casos, o recebimento antecipado para liberação de novos pedidos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, exceto pela provisão para créditos de realização duvidosa, apresentada na nota explicativa nº 6. **(c) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e de sua controlada não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez, o caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidos premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. **3.2. Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia e de sua controlada ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A alavancagem financeira é decorrente basicamente das seguintes operações: (i) Operações de leasing financeiro (máquinas, equipamentos e veículos para renovação da frota); (ii) Financiamento de importações; (iii) Contratação de capital de giro; (iv) Operações FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos com índice de nacionalização mínimo de 60%); e (v) Debêntures.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
4 Caixa e equivalente de caixa				
Caixa e bancos	603	378	612	410
Aplicações financeiras:				
Santander	57.534	7.888	59.388	7.888
Banco Bradesco	48.265	1.516	48.265	1.516
Banco do Brasil	44.211	–	44.211	24
Banco Itaú	67	97	67	97
	150.680	9.879	152.543	9.935

As aplicações financeiras em CDB possuem remunerações médias em torno de 100% do CDI, liquidez imediata e sem perda quando do resgate. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
5 Títulos e valores mobiliários				
Banco Regional de Brasília	3.967	3.577	3.967	3.577
Banco do Brasil	–	3.256	–	3.256
	3.967	6.833	3.967	6.833
Circulante	–	3.256	–	3.256
Não circulante	3.967	3.577	3.967	3.577

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 16, a Companhia mantém operações com o Banco Regional de Brasília (BRB) relacionadas ao financiamento de 70% do valor devido de ICMS decorrente das vendas realizadas via Brasília, ficando a Companhia responsável pelo pagamento dos 30% restantes. Como requerido no contrato firmado, a título de garantia, foram adquiridos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de emissão do próprio Banco, no valor equivalente a 10% do montante de cada parcela liberada do crédito, que devem ser mantidos até o vencimento de cada parcela do referido financiamento, sendo utilizado em sua totalidade para amortização da dívida. Este programa foi extinto e a Companhia aguarda definição do leilão para liquidação dos saldos em aberto de aplicação e ICMS a pagar de Pro-DF. Em 2014 a Companhia aderiu ao IDEAS – Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável. A aplicação atrelada a este financiamento apresentou saldo de R\$477. O restante das aplicações mantidas no Banco Regional de Brasília em 2015 é de R\$3.490, e está vinculado ao programa Pro-DF. Em 2015 não houve novos depósitos vinculados ao programa.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
6 Contas a receber de clientes				
Clientes nacionais	234.898	225.748	262.610	225.795
Clientes estrangeiros	96	57	96	57
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.915)	(2.324)	(6.915)	(2.324)
	228.079	223.481	255.791	223.528

A Companhia e sua controlada adotam como procedimento, constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa de títulos junto a clientes privados acima de 180 dias e acima de 360 dias para clientes governamentais. Em dezembro de 2015, estava incluída na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$18.713, referente a saldos da parte relacionada F&F Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda., relativo a operações de venda de medicamentos realizada em condições normais de mercado.

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo em 31/12/2013	(4.961)	(4.961)
Provisão	(1.414)	(1.414)
Baixa (perda efetiva)	–	–
Saldo em 31/12/2014	(2.324)	(2.324)
Provisão	(4.475)	(4.475)
Baixa (perda efetiva)	(116)	(116)
Saldo em 31/12/2015	(6.915)	(6.915)

Os vencimentos das contas a receber sintética estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	209.256	194.612	235.056	194.613
Vencidos até 30 dias	8.718	9.659	10.630	9.659
Vencidos de 31 a 60 dias	3.009	10.774	3.009	10.777
Vencidos de 61 a 120 dias	3.691	5.085	3.691	5.099
Vencidos de 121 a 180 dias	2.418	2.434	2.418	2.435
Vencidos acima de 181 dias	7.902	3.241	7.902	3.269
	234.994	225.805	262.706	225.852

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
7 Estoques				
Produtos acabados	80.852	61.235	82.864	61.364
Materiais em processo	11.310	10.414	12.555	10.414
Materiais-primas	61.143	48.855	65.877	48.746
Materiais de embalagem	21.126	14.911	30.822	14.957
Material de manutenção e segurança	8.576	6.001	15.076	6.001
Outros	4.532	4.412	4.534	4.412
(-) Provisão para perdas	(15.900)	(12.898)	(15.928)	(12.898)
	171.639	132.730	196.800	132.996

12 Imobilizado
Conforme divulgado em nota explicativa nº 16, a Companhia possui bens do ativo imobilizado como garantia para operações de empréstimos para taxa efetiva de giro e financiamentos de bens, como máquinas, equipamentos, veículos e imóveis. O valor contábil (custo) do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$49.548 (R\$49.529 em 2014). O terreno e as edificações da indústria no Distrito Federal com valor contábil (custo) de R\$87.206 (R\$87.206 em 2014) estão sujeitos a hipoteca como garantia de debêntures emitidas.

	Terrenos		Edificações e Benfeitorias		Máquinas, Equipamentos e Instalações		Móveis e Utensílios		Veículos e Outros		Total em operação		Adiantamento a fornecedor		Obras em andamento		Imobilizado total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldos em 31/12/2013	8.602	88.812	69.225	69.225	3.050	29.585	1.154	29.585	24.522	61.408	199.274	12.699	4.887	110	4.048	–	–	216.860
Aquisição	–	430	35.302	1.154	(122)	14	(18)	(13.610)	(2.82)	4.075	19.272	110	4.048	–	–	–	–	65.566
Alienação	–	–	(122)	(18)	(13.610)	(2.82)	(13.610)	(13.610)	(4.075)	(7.775)	(7.775)	–	–	–	–	–	–	(21.252)
Transferência	–	1.793	2.550	14	(282)	16	6.154	6.281	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.281
Baixa depreciação	–	–	111	16	(5.431)	(289)	(7.494)	(15.175)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(15.175)
Depreciação	–	(1.961)	(5.431)	(289)	(7.494)	(15.175)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2014	8.602	89.074	101.635	3.927	38.875	242.113	5.034	4.860	252.007	–	–	–	–	–	–	–	–	252.007
Custo total	8.602	105.982	148.462	6.979	51.923	321.648	5.034	4.860	331.542	–	–	–	–	–	–	–	–	331.542
Depreciação acumulada	–	(16.908)	(46.827)	(2.752)	(13.048)	(79.535)	–	–	(79.535)	–	–	–	–	–	–	–	–	(79.535)
Aquisição	–	–	23.577	600	6.782	31.139	5.599	4.523	41.261	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.380)
Alienação	–	–	(176)	(29)	(2.175)	(2.380)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferência	–	471	4.603	45	548	5.667	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.667)
Incorporação Bthek	5.360	720	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.235
Baixa depreciação	–	–	140	15	1.367	1.556	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.556
Depreciação	–	(4.247)	(13.770)	(54)	(837)	(19.398)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(19.398)
Saldos em 31/12/2015	13.962	86.018	116.360	4.032	44.560	264.932												

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16 Empréstimos e financiamentos		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Modalidade			
Moeda Estrangeira:			
FINIMP	Taxa média de encargos %	3.16	-
Eurobond	Variação cambial do euro acrescido de 2,70% a.a.	19.605	298
FINIMP	Variação cambial do dólar acrescido de 6,5% a.a. (Sunstate)	44.526	26.886
	Variação cambial do dólar acrescido de 2,31% a 3,30% a.a.	67.447	27.184
Moeda Nacional:			
Capital de giro	2,2% a 4,9% a.a. acrescido da variação do CDI	41.190	1.788
Fines/Pro-Invest	6,0% a.a. acrescido do IPCA	4.406	7.225
BNDES – FINAME	3% a 5% a.a. acrescido da TJLP	9.254	11.263
BNDES – Nova Unidade Industrial	0,8% a.m. acrescido do CDI	-	321
Financiamento BRB (a)	2,4% a 25% da variação do INPC a.a.	4.428	4.323
FCO – Banco do Brasil	Entre 11,5% e 13,1% a.a.	3.185	5.355
Finep	3,50% a.a.	46.211	35.726
Debêntures (b)	CDI + 2,95% a.a.	196.693	43.220
Arrendamento mercantil (c)	Entre 10% a 16% a.a.	12.776	19.827
Cessão de crédito	Entre 1,09% a 1,2% a.m.	330.628	144.785
		398.275	171.969
Circulante		119.315	69.526
Não circulante		278.960	102.443
Divida por ano de vencimento:			
		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
2016		119.315	69.526
2017		81.638	29.524
Acima de 2018		197.322	72.919
		398.275	171.969

Os contratos de FINAME e de arrendamento mercantil estão garantidos, respectivamente, pelas máquinas, equipamentos e pelos veículos financiados. Os demais financiamentos estão garantidos por notas promissórias, duplicatas a receber e aval dos acionistas da Companhia. (a) IDEAS – Financiamento: O Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico de atividades produtivas no Distrito Federal, por meio da ampliação da capacidade da economia local na produção e distribuição de bens e serviços e na efetiva geração de emprego e renda, mediante a concessão de financiamento para instalações, capital de giro, produção e importação. O valor do financiamento será proporcional ao faturamento bruto mensal ajustado desde que a Companhia esteja dentro das seguintes condições: (a) contribua diretamente para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal; (b) a localização do empreendimento; (c) o investimento próprio em infraestrutura para implantação; (d) prazo de implantação do projeto; (e) potencial econômico de mercado do empreendimento. O prazo de financiamento é de até 360 (trezentos e sessenta) meses, com juros de 0,1% (um décimo por cento) ao mês devido anualmente sobre o saldo devedor e recolhidos em data fixada no respectivo contrato. A concessão do financiamento para o desenvolvimento implica a obrigatoriedade de pagamento de emolumento, por parte do mutuário, em favor do FUNDEF, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela a ser liberada. A garantia real prestada mediante caução de título de emissão do BRB será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor de cada parcela liberada do financiamento. Este financiamento não possui características de uma subvenção governamental. Em atendimento a legislação Decreto Nº 34.607, de 27 de agosto de 2016, a Companhia mantém aplicados em 31/12/2015 no valor de R\$477 referente aos empréstimos no valor de R\$4.428. (b) Debêntures: Em 2015 a Companhia realizou a 2ª emissão pública de Debêntures Simples, estruturada com o consórcio formado entre os bancos Santander e Bradesco. O montante total da emissão foi de R\$200.000, em duas séries, sendo a primeira série pelo total R\$30.500 (com prazo total de 30 meses, sendo carência de 6 meses para amortização dos juros semestrais e carência de 24 meses para pagamento das parcelas semestrais de principal) e a segunda série pelo total de R\$169.500 (com prazo total de 60 meses, sendo carência de 6 meses para amortização dos juros semestrais e carência de 30 meses para pagamento das parcelas semestrais de principal). As debêntures não são conversíveis em ações e são garantidas por hipotecas e alienações fiduciárias. A Companhia poderá a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado total das debêntures em circulação. Em razão da 2ª emissão pública de Debêntures, em dezembro de 2015 a Companhia resgatou antecipadamente a 1ª emissão pública de Debêntures pelo saldo total de R\$14.560, compreendendo R\$14.320 (principal), R\$212 (juros) e R\$28 (prêmio resgate antecipado). (c) Arrendamento mercantil operacional: Determinados bens são arrendados por meio de contratos irrevocáveis com pagamento de parcelas fixas em dólar e, portanto, sujeitas a variação cambial e parcelas suplementares semestrais equivalentes à diferença positiva, se houver, entre o balanço planificado do arrendador, menos o balanço planificado corrente remanescente, baseado nos aumentos das taxas LIBOR acima da taxa presumida da LIBOR de 90 dias de 1,17% ao ano. (d) Covenants: A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

17 Obrigações trabalhistas e tributárias		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Obrigações trabalhistas:			
Provisão de férias e encargos sociais		16.078	11.650
INSS a recolher		3.803	2.492
FGTS a recolher		1.327	1.189
Provisão para comissões e prêmios		2.852	2.490
Provisão de PLR e bônus		4.627	6.500
Outras obrigações trabalhistas		17	8
		27.704	24.329
Obrigações tributárias:			
ICMS a recolher		4.916	6.157
PIS e COFINS		2.816	2.748
ICMS Parcelamento (a)		7.839	9.235
IPI – ISS		669	795
IRRF		2.902	2.285
ICMS Pro-DF (b)		12.719	12.719
		31.861	33.939
		59.565	58.268
		42.495	39.158
		17.070	19.110

O saldo de obrigações trabalhistas e tributárias é composto conforme segue:

18.1 Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social		50.924	142.685
Aliquota nominal combinada dos tributos – % IRPJ e contribuição social		34	34
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:			
Equivalência patrimonial		1.158	(1.285)
Inovação tecnológica		4.371	3.803
Doações e brindes		(1.409)	(1.058)
Adições e exclusões permanentes		(2.787)	(1.460)
Outros		9.532	13.270
Despesa de IRPJ e contribuição social no resultado		(6.527)	(35.243)
Despesas (Pat./Rouane/Fumcad)		130	291
Impostos correntes		(6.397)	(33.853)
Impostos diferidos		2.451	569
Despesa corrente/diferido		(3.946)	(33.284)
		19.110	19.110

(i) Parcelamento espontâneo de ICMS, abrangendo o período de outubro de 2010 a junho de 2011, formalizado em dezembro de 2011, no valor de R\$7.989, sendo pago de sinal o valor de R\$399 e o restante parcelado em 60 meses, sendo liquidadas 48 parcelas até 31/12/2015. (ii) Parcelamento referente ao ICMS Pro-DF não deferidas pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal no período compreendido entre julho a novembro de 2010, no valor de R\$4.435, com pagamento de sinal no valor de R\$114 e o restante parcelado em 120 meses, sendo liquidadas 11 parcelas até 31/12/2015. (b) Parcela original do ICMS incentivado pelo Governo do Distrito Federal, a qual aguarda por deferimento junto ao órgão fiscalizador. Conforme decreto 24.430, artigo 17, em sendo o contribuinte confirmado no programa de incentivo, aplica-se o termo prolongado para cumprimento de parte da obrigação tributária equivalente ao valor financeiramente incentivado. Em 2015 a Companhia não participou de leilões.

23 Despesas por natureza		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados		212.597	168.279
Comissões sobre vendas		29.003	25.027
Salários e benefícios a empregados		181.061	161.140
Encargos previdenciários		27.421	24.871
Depreciação e amortização		19.217	15.829
Despesas com transporte		25.823	24.943
Gastos com publicidade		14.656	18.076
Pesquisa e desenvolvimento		11.604	7.217
Serviços prestados por terceiros		47.999	46.365
Despesas com veículos		7.440	6.924
Despesas com água e energia elétrica		11.198	7.120
Impostos e taxas		7.123	5.912
Aluguéis		8.792	5.460
Manutenção		16.153	13.479
Comunicações		3.017	3.627
Almoço grátis		13.337	11.354
Multas		813	1.088
Seguros		3.418	2.145
Brindes e doações		4.546	3.576
Viagens e hospedagem		14.031	9.723
Feiras e congressos		7.319	5.710
Perdas em crédito de liquidação duvidosa		4.475	1.504
Provisão para impairment de ativos		8.310	8.675
Outras despesas		3.943	10.500
		683.296	588.094
Custos dos produtos vendidos		402.822	339.978
Despesas com vendas gerais e administrativas		281.014	248.116
		683.296	588.094

Recuperação de despesas (i)
Vendas de bens do ativo imobilizado
Valor residual do ativo imobilizado baixado
Recicla de incentivos fiscais
Atualização monetária de contingências e depósitos judiciais
Outras, líquidas (ii)

24 Outras receitas operacionais líquidas		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Recuperação de despesas (i)		10.819	2.074
Vendas de bens do ativo imobilizado		579	2.628
Valor residual do ativo imobilizado baixado		(131)	(699)
Recicla de incentivos fiscais		38.817	(131)
Atualização monetária de contingências e depósitos judiciais		(919)	(2.198)
Outras, líquidas (ii)		2.927	3.04
		13.275	15.082

(i) Refere-se ao valor recebido por processo judicial junto a Latinfarma no valor de R\$8.766 e ressarcimentos de seguradoras por avarias ocorridas no transporte de mercadorias. (ii) Substancialmente composto pelo reconhecimento da compra vantajosa na aquisição da Anovis no valor de R\$2.633.

25 Resultado financeiro líquido		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Rendimentos de aplicações financeiras		1.853	1.364
Variação cambial ativa		6.770	2.084
Juros ativos, descontos e outras receitas		2.618	1.684
Receita financeira		11.241	5.132
Variação passiva sobre financiamentos		(24.730)	(7.850)
Juros de contrato de aquisição		(2.337)	-
Juros de Debentures		(5.500)	(7.783)
Descontos		(1.371)	(6)
Despesas bancárias e IOF		(1.769)	(789)
Variação cambial passiva		(25.091)	(7.200)
Juros sobre parcelamento de ICMS		(1.615)	(1.615)
Despesas financeiras		(61.122)	(26.783)
		(49.881)	(21.651)

26 Seguros		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2015 estavam contratadas pelos montantes a seguir indicados, incluindo apólices de seguros e atendem à avaliação de riscos da Administração:			
Ramos			Cobertura
Riscos operacionais, incluindo incêndio de estoques e bens do imobilizado			820.770
Transporte terrestre			1.040
Aeronave			USD 9.895 mil
Veículos e responsabilidade facultativa			Valor mercado

27 Instrumentos financeiros		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos: • Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • Títulos e valores mobiliários: incluem aplicações financeiras, registradas pelo valor de aquisição ou emissão, com valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • Contas a receber: as contas a receber de clientes são deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Empréstimos e financiamentos: valores contratados para aquisição de ativo imobilizado e capital de giro autorizados com juros transcorridos no exercício; • Fornecedores: os valores contratados para as obrigações com fornecedores decorrem, em sua maioria, da aquisição de insumo para produção; • Operações com instrumentos derivativos e atividade de hedge: a Companhia não efetuou ou mantém aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2015, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.			
28 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros			
O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente a contratos pré-fixados pela variação do CDI, representado por 59,7% do volume do passivo financeiro consolidado em 2015. Além disso, um total de 18,7% do volume do endividamento bancário está atrelado às taxas de juros pré-fixadas; 17,0% vinculados a contratos com variação cambial; 1,1% contratados com variação pelo IPCA e 3,5% firmemente atualizados por outros indexadores de correção monetária (tais como TJLP e INPC). Os CPC's 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram estimados 3 cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2015, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2016 (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices de correção de cada contrato para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade destes em cada cenário.			
Risco		Cenário provável	Cenário II
Variação Cambial		2016	2016
Despesa Financeira Projetada		67.447	67.447
Variação %		8,67%	35,99%
CDI		237.884	237.884
Despesa Financeira Projetada		39.248	46.562
Variação %		16,50%	19,57%
IPCA		4.406	4.406
Despesa Financeira Projetada		591	673
Variação %		13,41%	15,27%
Pré-Fixado		74.856	74.856
Despesa Financeira Projetada		3.777	3.777
Variação %		5,05%	5,05%
Outros		13.682	13.682
Despesa Financeira Projetada		1.664	1.937
Variação %		12,16%	14,16%
Total Endividamento Bancário		398.275	398.275
Total Despesa Financeira Projetada		51.124	77.221
Total Variação %		12,84%	19,39%
O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2015, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2016 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.			
Aplicações – CDI		Cenário Provável I	Cenário II
Taxa sujeita à variação		150.077	150.077
Despesa Financeira Projetada		12,87%	16,10%
Variação %		19,317	24,146
		12,87%	16,10%

Ressaltamos que os ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015, majoritariamente, estão atrelados à remuneração diária dos depósitos disponíveis à vista em contas correntes, com remuneração diária de uma percentual da variação do CDI, com liquidez automática.

A Diretoria
Alexandre José Mucheironi
Controller

Gerente de Contabilidade: Alessandro Manoel Patrocínio
Contador – CRC GO 015.204/0-4

Paulo Anthero Barbosa
Luiz Guimarães – Presidente
Luiz Augusto de Medeiros Monteiro de Barros

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015

O Conselho Fiscal da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("União Química"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da União Química, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações Patrimoniais, as respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, e a Proposta para destinação do resultado, inclusive o orçamento de capital, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, por voto da maioria dos seus membros, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária

vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da União Química.

São Paulo, 23 de março de 2016

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da União Química Farmacêutica Nacional S.A. Brasília-DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas

demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva: Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui direitos registrados junto a parte relacionada Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., no ativo não circulante no valor de R\$11.876 mil, bem como bens, até então, de uso comum, além de obrigações não registradas e aquelas registradas no passivo não circulante com essa parte relacionada no valor de R\$12.208 mil, que atualmente estão em fase de levantamento e conciliação pela Administração da Companhia. Não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, concluímos, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sobre a existência dos direitos e obrigações relativos a parte relacionada Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da União Química Farmacêutica Nacional S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase – Ações judiciais e extrajudiciais movidas por acionistas não controladores: Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20, em que é divulgado que existem ações movidas por acionistas não controladores contra a Companhia e seu acionista controlador questionando, dentre outras, determinadas deliberações aprovadas em assembleias gerais extraordinárias (aumento de capital social), solicitando a exibição de diversos documentos e explicações sobre determinados gastos realizados, requerendo a incidência de encargos financeiros sobre os juros sobre o capital próprio a partir do momento da destinação até a sua distribuição, e solicitando a restituição de ativos cedidos em comodato, entre outros. Os consultores jurídicos que estão acompanhando as referidas ações indicam como possível as chances de perda nessas questões e, por conseguinte, nenhuma provisão para eventual perda foi constituída em 31 de dezembro de 2015.